



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8

Comunicação e Cidadania



MOISÉS DE LEMOS MARTINS

Universidade do Minho

Presidente do V Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM)

~ moisesm@ics.uminho.pt ~ moiseslmartins@gmail.com

A sombra de Nietzsche e a crise da cultura

Acabam de ser publicadas pela Fundação Calouste Gulbenkian as Actas de uma das mais importantes Conferências realizadas em 2006. «Que Valores para Este Tempo?», assim se chamou a Conferência, realizada em Outubro de há um ano, sob a coordenação do Professor Fernando Gil, que todavia viria a falecer ainda antes que a Conferência se tivesse realizado¹. Pensei nesta Conferência para introduzir o debate de dois dias que a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação no seu V Congresso promove aqui, na Universidade do Minho, em torno do tema Comunicação e Cidadania.

No texto de apresentação da Conferência, a «situação espiritual do nosso tempo» é classificada como «angustiante». E é-o por configurar «uma crise geral do sentido», que o mesmo é dizer, uma crise geral dos valores. Ao fazer entretanto o diagnóstico da crise, o Programa da Conferência declina com grande exaustividade a temática do fim – não apenas, nem essencialmente, o fim na cultura e o fim no pensamento contemporâneos, mas sobretudo o fim do sentido.

Logo na Conferência de Abertura Eduardo Lourenço colocou-nos «À sombra de Nietzsche» (Lourenço, 2007: 25-39). E com razão o fez, dado que ninguém como Nietzsche pôs em evidência «os pressupostos, cuidadosamente ocultados ou recalçados, do saber a si mesmo transparente», visado pelo pensamento ocidental (*Ibid.*: 26). Com efeito, «nós não somos nada fora da esfera dos ‘valores’ onde inscrevemos o que para nós é o único necessário por ser antes de mais a única realidade» (*Ibidem*). Simplesmente para Nietzsche esse único necessário não é Deus, Valor supremo, que funda a esfera de valores em razão da qual nós apenas agimos por sermos também deuses, embora deuses menores.

Para Nietzsche, a única coisa que existe é uma natureza, que é pura Vontade, uma realidade inconsciente detrás da qual nada se esconde, uma realidade que nos inclui e a que chamamos

¹ AA.VV., 2007, *Que valores para este tempo?* (Actas de Conferência na Fundação Gulbenkian, Lisboa, 25-27 de Outubro de 2006), Lisboa: Fundação Gulbenkian & Gradiva.

Mundo (*Ibid.*: 26-27). Nietzsche não discute com Deus ou a propósito de Deus. Não recorre à Razão, nem mesmo à razão crítica, que é para ele apenas a máscara de uma vontade de poder, além de um sinal do nosso declínio. Nietzsche mata simbolicamente Deus e precipita-nos na imanência, o que significa, é verdade, passarmos a viver perigosamente, mas de um modo não menos exacto significa também passarmos a viver heroicamente

Argumenta Eduardo Lourenço que «o pensamento-acto de Nietzsche não permite a indiferença em nós» (*Ibid.*: 32). A nossa única saída será, então, responsabilizarmo-nos pelo sol de Deus, o que também pode ser consolarmo-nos com ele, ou pelo contrário consumirmo-nos com a sua morte e vivermos a sua ausência.

Diria, entretanto, que o desafio que Nietzsche nos deixou não é, de modo nenhum, o de uma restauração dos valores. Uma restauração não passaria de uma sombra de outra sombra certamente pior que a de Deus. A sombra de Deus sempre nos fez viver, ou faz-nos viver ainda. No que respeita a Nietzsche, o seu desafio deixa-nos em face unicamente de nós mesmos, como responsáveis pela nomeação daquilo a que chamamos valores.

É esta a crise, remata Eduardo Lourenço. É que nós não temos critério para distinguir o que é verdadeiro valor daquilo que o não é. Não se trata de uma crise por acaso, uma crise da cultura ou da civilização. É, isso sim, uma crise de sentido, uma crise daquilo que somos como seres que pensam, sofrem e morrem, sem todavia saberem se morrem, sentem e pensam, e se isso tem ou não um sentido. Cabe-nos, pois, decidir do sentido, o que é um problema de aposta. E é essa aposta que nos faz viver ou morrer. Somos nós, é um facto, os criadores dos valores. Ou por não sermos capazes de os criar, somos nós as vítimas dos valores que não temos.

A «sombra de Nietzsche» não permite, pois, uma restauração de valores. E é assim que parece proceder, por exemplo, Patrick Nerhot, Professor na Universidade de Turim (Nerhot, 2007: 41-56). Falando do «fim do sujeito», que outra coisa não é que o fim da verdade, como explica, Patrick Nerhot já não concebe o sentido em termos de uma filosofia da consciência, em termos de uma «questão do ser como ligação a si – ‘eu’, ‘consciência’, ‘memória’» -, mas em termos de uma questão do ser como «pensamento do Outro ou alteridade» (*Ibid.*: 56).

Mas não é esse o entendimento de Jean Petitot (2007: 57-73), nem o de Jacques Bouveresse (2007: 75-99), que se mantêm firmes na defesa do Iluminismo, da racionalidade e da ciência. A resposta que Jean Petitot e Jacques Bouveresse dão para a crise da racionalidade é todavia a de uma racionalidade limitada e situada, «um racionalismo crítico», dirá Jean Petitot (2007: 71). Ao colocar-se a questão do fim da racionalidade, Petitot acredita que «a racionalidade deve respeitar a *autolimitação* que lhe impõe a *finitude* humana», uma vez que apenas esse limite lhe permite a operatividade pragmática. Mas de modo nenhum acredita que «a crise da razão seja intrínseca e inelutável» (*Ibid.*: 58). Glosando um entendimento clássico de Jean François Lyotard (1993: 93) e colocando-se na mesma perspectiva, Jean Petitot entende que «a crise da história é uma crise de finalidade» (Petitot. 2007: 64). Nesta crise, manifestar-se-ia um «desastre da esperança», que significaria também uma «catástrofe da razão», com a esperança a tornar-se «o lugar mágico de ritos encantatórios», que deixam de ter acesso às causalidades reais (*Ibid.*: 65).

É essa a razão pela qual não merecem grande respeito a Jean Petitot as críticas culturais, políticas e cívicas. Entende-as como «puramente reactivas, mal fundamentadas e ideológicas» (*Ibid.*: 67). O seu entusiasmo vai antes para a «extraordinária força das tecnociências» e para a «reapropriação contemporânea da experiência fenomenológica e do senso comum» (*Ibid.*: 71). Fazendo finca-pé naquilo a que chama a «responsabilidade das ciências», Jean Petitot preconiza um pacto da ciência com o poder, e propõe mesmo que «o complexo de instituições de conhecimento se torne um autêntico poder responsável, como outros poderes, quer sejam executivos, legislativos, jurídicos, económicos, financeiros, industriais, culturais ou mediáticos» (*Ibid.*: 69-70).

Em síntese, Jean Petitot acredita que o saber científico, conjugado com uma convicção moral, se pode aliar com o poder político «para refazer da razão teórica uma razão de esperança» (*Ibid.*: 72). Estou em dizer que é esta hoje a grande exaltação dos homens das tecnociências: o desejo de partilhar com os políticos a responsabilidade de conduzir os destinos do mundo.

Também Jacques Bouveresse se não sente nada confortável com a renúncia às noções de ‘verdade’ e ‘objectividade’. Etribando-se em Robert Musil, Bouveresse vê a racionalidade a descambar, com o que lhe parece ser, primeiro, a renúncia à matemática, depois, à exactidão e, finalmente, à inteligência, a que se opõem, como ‘substitutos miseráveis’ (a expressão é de Musil), «a vitalidade, a vida, a intuição, o sangue, a raça, o instinto, o mito», tudo irracionalidades pós-modernas (Bouveresse, 2007: 82). Se existe quem queira descartar, hoje, figuras como a ‘verdade’ e a ‘objectividade’, entende Bouveresse que, do mesmo modo, não é possível deixar de colocar uma interrogação sobre essas coisas que nos são apresentadas como uma ciência e uma democracia pós-verdade, de tal modo as suas respostas são vagas e retóricas para serem suficientemente tranquilizadoras e convincentes (*Ibid.*: 83).

Pensadores como Bertrand Russel ou George Orwell, por exemplo, estavam ambos convencidos de que a crença na existência de factos objectivos e um certo respeito por eles e pela verdade objectiva fazem parte da atitude e da mentalidade democráticas. Era Orwell quem, por exemplo, dizia que nos regimes totalitários a história era criada e não aprendida, embora hoje não estejamos tão seguros de que os regimes e as instituições democráticas também não encenam a sua história. Não é um facto que a história recente do Ocidente, na sua grandiosa generosidade e entusiástico afã de querer levar a democracia ao deserto, apenas pôde carregar de dúvidas as nossas certezas sobre os factos objectivos e a verdade objectiva das nossas democracias? Aliás, o próprio Orwell alertara em 1938 para esse perigo de vermos desvanecer-se nas sociedades modernas, sociedades democráticas, a ideia de verdade objectiva (Orwell, 2002). A leitura que Orwell fazia, aliás, era a de que nos vinte anos que se seguiram à Guerra de 14, a verdade objectiva se havia desfeito no Ocidente, com o condicionamento das massas a tornar-se numa nova ciência. Apesar de Jacques Bouveresse (2007: 93) argumentar no sentido «do carácter indispensável da verdade», a questão não pode, pois, deixar de ser formulada: os conceitos de ‘facto’ e ‘verdade’ objectivos, que aparentemente aspiram ao conhecimento, não procuram antes o controlo e o poder, conduzindo por isso a uma negação da verdade política?

A sombra de Nietzsche e as figuras de democracia e cidadania

Se comecei esta intervenção com a sombra de Nietzsche por cima das figuras de sujeito, racionalidade, verdade e objectividade, não vai ser agora, quando introduzo a figura de democracia neste debate, aproximando-me do tema da cidadania, que me vou afastar dela. A minha pergunta então: tem sentido considerarmos a democracia como a «linguagem política global» em que ela se tornou pela primeira vez na história, ao longo das últimas décadas? Ou, pelo contrário, não passará a democracia de uma falsa norma universal, apenas mais um desses pomposos valores ocidentais, que nos fascinam com as suas promessas, fazendo-nos crer que é autoridade a máscara do poder, e que é arte a artimanha de uns tantos pela supremacia de muitos (Keane, 2007: 270)?

Na Conferência sobre que valores para este tempo do que se tratou foi de procurar «fazer frente a uma crise generalizada do nosso sistema de entendimento do mundo» (Cohn, 2007: 359). No Congresso que aqui nos reúne e nos vai ocupar durante dois dias também se tratará de nos erguermos para fazer frente a uma crise, no caso a crise do abaixamento drástico da cota da cidadania, pela desvalorização progressiva do nosso sentido de comunidade. Estou em crer que os dois planos se articulam entre si, o da crise generalizada do nosso sistema de entendimento do mundo e o da crise da cidadania. Ambos remetem para aquilo a que Walter Benjamin, nos anos

trinta, e Giorgio Agamben, nos nossos dias, chamam o «empobrecimento progressivo da experiência humana»², que ocorre, nas palavras de Jacques Derrida (1967: 410-411), pela queda de todos os nomes que nos falavam da presença plena do ser a si mesmo (essência, substância, Deus, homem, transcendente, alma, consciência, interioridade, existência), ou seja, que ocorre enfim pela queda de um fundamento.

Numa época de «desagregação dos valores», numa época de «meios sem fins», como diz Agamben (1995), quando já não é possível conceber o mundo organizado como unidade e regido por uma ordem totalizadora, podem ainda os média pretender abrangê-lo como uma totalidade que se exprima numa época? Embora problemática, é todavia esta a minha hipótese. Em meu entender, a actualidade, o que está 'in actu', a nossa experiência do confronto com as coisas e com os outros, pode convocar não apenas a gravidade da historicidade, ou seja, a responsabilidade pelo nosso estado e pelo estado do mundo, como também a promessa de uma «comunidade a vir» (Agamben, 1991)³.

As Ciências da Comunicação no actual contexto da ciência

Aproveitando o facto de se encontrar entre nós o Senhor Ministro, responsável pelo Sector da Comunicação Social, gostaria de em palavras breves dizer o que entendo sobre a natureza das Ciências da Comunicação e sobre as tarefas que, penso, os cientistas das Ciências da Comunicação devem realizar, no actual contexto da ciência em Portugal.

As Ciências da Comunicação inscrevem-se no regime moderno dos saberes complexos, se olharmos à sua especificidade epistemológica e ao seu âmbito de aplicação. O paradigma comunicacional apenas ganha nitidez no século XX, podendo todavia aceitar-se, seguindo Watzlawick, Beavin e Jackson (1967: 44), que «é impossível não comunicar», dado o facto de a sociedade humana ser constituída pela transacção de palavras, símbolos e objectos. Primeiramente ligadas aos média de massa, ou seja, à comunicação social, as Ciências da Comunicação mantiveram uma tensão com os modelos cibernéticos, que emergiram em meados do século passado, até à constituição do paradigma comunicacional, que ocorreu pela alteração da natureza dos média e pelo seu refinamento epistemológico.

À medida que a paisagem mediática sofreu as profundas modificações que conhecemos e lhe subverteram a natureza, o paradigma comunicacional tornou-se mais nítido. Num primeiro momento, a Comunicação fixou-se na tipografia de Gutenberg e nos efeitos que o jornalismo teve na totalidade da experiência. Em finais do século XIX, associou-se à fotografia, cinema, gramofone, telégrafo e telefone. Na primeira metade do século XX, o campo da comunicação estendeu-se aos meios de massa, rádio e televisão. Mas é na segunda metade do século XX, com o surgimento dos computadores pessoais e da sua ligação em rede, e também com a migração dos jornais, fotografia, vídeo e televisão, para o espaço digital (ou ciberespaço), que os processos comunicacionais se generalizaram.

Esta mutação da natureza e do campo dos média tem sido insuficientemente compreendida em Portugal, onde ainda hoje é comum confundir-se a Comunicação com o estudo dos média clássicos, e muito particularmente com o estudo da imprensa, escrita, radiofónica e televisiva. A investigação

² É a configuração nietzscheana da modernidade como «doença histórica» e como época em que nada chega à 'maturidade' que inspira o tema de Benjamin sobre a modernidade como época do declínio da experiência. A crise da experiência é referida por Benjamin no seu famoso texto sobre «O narrador» (Benjamin, 1992 [1936]: 28): «a experiência está em crise e assim continuará indefinidamente». Agamben, por sua vez, fala da impossibilidade em que nos encontramos, hoje, de nos apropriarmos da nossa condição propriamente histórica, o que torna «insuportável o nosso quotidiano» (Agamben, 2000: 20).

³ Ver, neste sentido, o artigo que escrevi na *Revista Filosófica de Coimbra* (Martins, 2005: 157-172).

em comunicação tem de atender, todavia, à convergência dos média analógicos tradicionais com as plataformas digitais, sendo necessário o aprofundamento do paradigma comunicacional para poder dar resposta a esta convergência.

O aprofundamento deste paradigma obriga, entretanto, à articulação da Comunicação com os modelos cibernéticos e computacionais, ou seja, com os modelos da complexidade, que pareciam ser-lhe estranhos, ou pelo menos distantes, mas que hoje se confirmam como essenciais à compreensão da matriz técnica, que suporta os processos comunicacionais, cada vez mais globais. Nestas circunstâncias, é um facto, tem-se diluído a antiga tensão entre Comunicação e Sistémica.

Nesta época de comunicação global, penso que é necessário projectar um espaço integrado de investigação que articule os média clássicos com os novos média, de modo a podermos apreender o que de novo vai surgindo. Temos em mente, designadamente, os blogues, que estão a alterar profundamente a imprensa; a televisão informal; a criação de comunidades virtuais; os efeitos do *wireless* na cultura e na política; o surgimento de uma cultura de interfaces.

Constituiria uma limitação grave para as Ciências da Comunicação e para o país confinarmos o campo da comunicação ao seu entendimento literário e jornalístico, sem dúvida um entendimento restritivo e limitado, que remonta à sua constituição nos séculos XIX e XX. Esse entendimento não nos permitiria analisar a enorme complexidade da sociedade actual, provocada pela convergência dos média e da sua ligação às redes cibernéticas, e colocar-nos-ia na indesejável situação de não podermos intervir nestes processos de mudança civilizacional.

O que me parece hoje importante para as Ciências da Comunicação em Portugal, posso resumi-lo nos seguintes termos:

1. Projectar um espaço integrado de investigação, uma rede, que integre recursos e articule objectivos e projectos, evitando assim duplicações e tirando benefício das sinergias geradas, de modo a desenvolver a massa crítica científica em Ciências da Comunicação, e, em consequência, o desenvolvimento de uma investigação de qualidade.
2. Estabilizar um corpo de saber especializado em Ciências da Comunicação, em toda a sua latitude, que possa ser partilhado pelos investigadores portugueses e no espaço da lusofonia.
3. Criar estruturas de acolhimento para bolseiros nacionais e estrangeiros, doutorandos ou em regime de pós – doutoramento.
4. Melhorar o enquadramento teórico e metodológico dos cursos de mestrado, assim como dos programas doutorais, nos quais as entidades proponentes já estão envolvidas ou venham a envolver-se.
5. Contribuir para um melhor conhecimento dos processos comunicacionais na sociedade portuguesa, articulando-os com abordagens sociológicas, económicas, antropológicas, que tenham em conta a formação, a história e os efeitos dos diversos campos dos média, e cuidem da distribuição espacial dos meios comunicacionais, assim como dos perfis profissionais.
6. Participar na execução do plano tecnológico nacional, analisando as políticas de informação e interessando-se pela gestão dos processos de mudança tecnológica, assim contribuindo para a modernização e o desenvolvimento do país.
7. Desenvolver estudos que apoiem a execução de políticas de comunicação, no que respeita à regulação dos média e à monitorização do sistema de comunicação nacional, e também no que se refira a políticas de comunicação para o espaço lusófono.

8. Promover uma progressiva internacionalização da investigação em Ciências da Comunicação, reforçando o intercâmbio de investigadores e a formação avançada no espaço lusófono e europeu.
9. Acolher o desafio e as novas possibilidades de investigação e de internacionalização, que se abrem com os acordos entre o Governo português e várias universidades americanas, designadamente com a Universidade do Texas, apostando na produção de conteúdos digitais e multimédia. Faço notar, aliás, que este Congresso conta com a presença de dois investigadores da Universidade do Texas, os Professores Joseph Staubhaar e Rosental Alves.

Estando aqui o Senhor Ministro, gostaria de chamar ainda a atenção para o aspecto seguinte: tem sentido, a meu ver, que os poderes públicos tomem a SOPCOM como um parceiro a ser consultado, sempre que se trate de definir políticas públicas para o sector da comunicação social, designadamente quando se trate da regulação dos média, da monitorização do sistema de comunicação nacional, e ainda, da definição de políticas da comunicação para o espaço nacional e lusófono.

Uma palavra final de homenagem

Vou concluir a minha intervenção, não sem antes pronunciar uma palavra de homenagem a dois colegas nossos, que foram em vida e são pela sua obra dois nomes grandes das Ciências da Comunicação e da Cultura em Portugal. Em Junho passado, a morte afastou do nosso convívio o Professor Manuel José Lopes da Silva, um pioneiro entre nós dos estudos de Comunicação. Primeiramente foi Professor de Telecomunicações no Instituto Superior Técnico. Esteve ligado nos anos cinquenta à instalação dos estúdios da televisão em Portugal. Foi o fundador e director de investigação da *RTP* até 1987. E desde finais dos anos oitenta ensinou e investigou sobre sistemas e políticas da comunicação na Universidade Nova de Lisboa. Foi, além disso, Presidente da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos de Comunicação Social da Fundação das Universidades Portuguesas em 2000 e presidiu à Associação Portuguesa dos Espectadores de Televisão até 2001.

Mais recentemente, em meados de Agosto último, vimos partir o Professor Eduardo Prado Coelho. E se há nome que em Portugal tenha cumprido um ideal de modernidade na Universidade Portuguesa, esse nome só pode ter sido mesmo o de Eduardo Prado Coelho, há muitos anos entre nós uma referência académica de vanguarda nos Estudos Literários e no ensaísmo político e filosófico. Com uma vinculação às Ciências da Comunicação, Eduardo Prado Coelho muito contribuiu com a sua multifacetado prática científica, pedagógica e ensaística para o recorte da nossa área disciplinar. No magistério académico de Eduardo Prado Coelho as Ciências da Comunicação abriram-se, com efeito, à integração das mais variadas formas artísticas, da literatura ao cinema, das artes plásticas ao teatro, da música à dança, do vídeo à fotografia, pela convocação de saberes da mais variada proveniência, que vão dos 'Cultural Studies' às Ciências da Linguagem, com uma particular ênfase na Semiótica das paixões e das intensidades, assim como nas teorias enunciacionistas e argumentativas, e da Filosofia Estética, Filosofia Política e Filosofia da Linguagem à Filosofia 'tout court' e às Ciências Sociais.

Não tenho dúvida em dizer que pela singularidade e modernidade da obra que publicou e das muitas intervenções que fez, fossem científicas, fossem culturais, pela força e pela versatilidade do pensamento, pela profundidade, sofisticação e originalidade da análise, e pelo policromismo e plasticidade do estilo, Eduardo Prado Coelho acrescentou uma dimensão nova às Ciências da Comunicação em Portugal, uma dimensão de cidadania, trazendo-as para o espaço público e

fazendo-as participar activamente no debate sobre os grandes desafios que se colocam ao pensamento e à cultura contemporâneos.

Estes dois nossos amigos partiram, mas não podem deixar de estar presentes neste Congresso, eles que desde o começo nos acompanharam no objectivo de fazermos das Ciências da Comunicação um lugar de formação profissional, uma forma de cultura e uma plataforma para o desenvolvimento da cidadania, pela análise e pelo debate das grandes questões da cultura contemporânea.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio, 1995, *Moyens sans fins. Notes sur la politique*, Paris, Payot & Rivages.
- AGAMBEN, Giorgio, 2000 [1978], *Enfance et Histoire*, Paris, Payot & Rivages.
- AA.VV., 2007, *Que valores para este tempo?* (Actas de Conferência na Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 25 a 27 de Outubro de 2006), Lisboa: Fundação Gulbenkian & Gradiva.
- BENJAMIN, Walter, 1992 [1936], « O narrador. Reflexões sobre a obra de Nicolai Lesskov », in *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa, Relógio d'Água, pp. 27-57.
- BOUVERESSE, Jacques, 2007, «Precisamos da verdade?», in AA.VV., *Que valores para este tempo?* (Actas de Conferência na Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 25 a 27 de Outubro de 2006), Lisboa: Fundação Gulbenkian & Gradiva: 75-99.
- COHN, Danièle, 2007, AA.VV., in *Que valores para este tempo?* (Actas de Conferência na Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 25 a 27 de Outubro de 2006), Lisboa: Fundação Gulbenkian & Gradiva, pp: 359-370.
- DERRIDA, Jacques, 1967, *L'écriture de la différence*, Paris, Seuil.
- KEANE, John, 2007, «Será a democracia um ideal universal? Sobre a necessidade de repensar um ideal envelhecido», in AA.VV., *Que valores para este tempo?* (Actas de Conferência na Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 25 a 27 de Outubro de 2006), Lisboa: Fundação Gulbenkian & Gradiva, pp. 269-310.
- LOURENÇO, Eduardo, 2007, «À sombra de Nietzsche», in AA.VV., *Que valores para este tempo?* (Actas de Conferência na Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 25 a 27 de Outubro de 2006), Lisboa: Fundação Gulbenkian & Gradiva, pp. 25-32.
- LYOTARD, Jean-François, 1993, «Une Fable Postmoderne», in *Moralités Postmodernes*, Paris Galilée, pp. 79-94.
- MARTINS, Moisés de Lemos, «Espaço público e vida privada», *Revista Filosófica de Coimbra*, Vol. 14, n. 27, pp. 157-172.
- NERHOT, Patrick, «O sujeito», in AA.VV., *Que valores para este tempo?* (Actas de Conferência na Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 25 a 27 de Outubro de 2006), Lisboa: Fundação Gulbenkian & Gradiva, pp. 41-56.
- ORWELL, George, 2002 [1938], *Lutando na Espanha (Homage to Catalonia)*, Edição Projeto Periferia, www.geocities.com/projetoperiferia, versão para eBook: eBooksBrasil.com
- PETITOT, Jean, 2007, «O fim da racionalidade», in AA.VV., *Que valores para este tempo?* (Actas de Conferência na Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 25 a 27 de Outubro de 2006), Lisboa: Fundação Gulbenkian & Gradiva, pp. 57-73.
- WATZLAWICK, Paul & BEAVIN, Janet & JACKSON, Don, 1981 [1967], *A pragmática da comunicação humana*, São Paulo: Cultrix.